

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1632707 - MT (2016/0271592-2)**

**RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI**

**AGRAVANTE : ALENCAR & CIA LTDA - ME**

**ADVOGADO : FELIPE BEDIN BIASOTTO - MT009183**

**AGRAVADO : BANCO MERCEDES-BENZ DO BRASIL S/A**

**ADVOGADOS : MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO - MT004482**

**RENAN NADAF GUSMÃO - MT016284**

**FRANCISCO CLÁUDIO JASSNIKER JUNIOR E**

**OUTRO(S) - MT021087**

### **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DISSONÂNCIA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ.

1. Ação de busca e apreensão de veículo.
2. Nos contratos firmados na vigência da Lei n. 10.931/2004, compete ao devedor, no prazo de 5 (cinco) dias após a execução da liminar na ação de busca e apreensão, pagar a integralidade da dívida - entendida esta como os valores apresentados e comprovados pelo credor na inicial -, sob pena de consolidação da propriedade do bem móvel objeto de alienação fiduciária. Precedente.
3. O acórdão recorrido que diverge da orientação firmada pela jurisprudência do STJ merece reforma.
4. A ausência de decisão acerca dos argumentos invocados pelo agravante em suas razões recursais, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.
5. Agravo interno no recuso especial não provido.

### **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

Os Srs. Ministros Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com a Sra. Ministra Relatora. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministra Nancy Andrighi  
Relatora